



## EDITORIAL

Antonio Teixeira de Barros<sup>1</sup>

Nesta edição, a revista E-Legis publica uma coletânea de 11 artigos de temas livres, contemplando estudos das áreas de Ciência Política, Comunicação e Direito. Além disso, a edição contempla ainda a tradução de um clássico texto de Thomas Paine.

O paper que abre a edição é de autoria de Livia dos Santos Sena, intitulado “Neoinstitucionalismo, Comportamento Parlamentar e Interpretação Constitucional”. O objetivo do texto é apresentar uma leitura interdisciplinar sobre o comportamento parlamentar, com base em abordagens da Ciência Política e do Direito. A proposta é estabelecer um paralelo entre a perspectiva neoinstitucionalista e a abordagem da interpretação constitucional legislativa.

O segundo texto tem como tema “O lobby da Confederação Nacional da Indústria na Câmara dos Deputados: novas regras para o licenciamento ambiental”, de autoria de Mariana Trindade Cruz e Eugênia Rosa Cabral. O objetivo é analisar o poder de influência do setor industrial na flexibilização das regras de licenciamento ambiental no Brasil. Os resultados apontam o sucesso do *lobby* empresarial, pois o grupo conseguiu intervir em arenas decisórias, arregimentar parlamentares aliados para a defesa de seus interesses e incorporar suas preferências no inteiro teor do projeto que previa regras ambientais mais flexíveis.

Na sequência, temos “Performance eleitoral dos parlamentares e alocação de recursos nos municípios: efeito dos distritos informais”, assinado por Kelly Cristina Costa Soares, Allan Gustavo Freire da Silva, Palloma Farias do Nascimento e José João Correia de Oliveira Filho. Trata-se de pesquisa que investiga o efeito produzido pela votação dos deputados federais eleitos nos estados da Paraíba e Pernambuco, e seu comportamento relativo à apresentação e execução de emendas. O estudo mostra um panorama do perfil dos deputados e suas atuações em relação à apresentação de

---

<sup>1</sup> Editor da revista E-Legis.

emendas. Tais análises consideram que a distinção entre emendas direcionadas a municípios e aos estados, em sua totalidade, pode estar associada ao padrão de distribuição de votos obtidos pelos deputados.

Ulle Ráfaga Campos e Figueiredo contribui com seu artigo “A Capacidade de Atuação da Câmara Dos Deputados na Política Externa: Análise dos Instrumentos de Atuação da Câmara Dos Deputados na Política Externa de 1990 a 2017”. O paper é guiado pela seguinte questão: Como a Câmara dos Deputados atua na Política Externa Brasileira dada a configuração institucional atual? As conclusões mostram que há uma crescente participação do Legislativo nas matérias internacionais, convergindo com a literatura, indicada pelas vertentes que admitem influência direta e indireta além da mera aprovação dos atos internacionais.

O estudo de Paulo Cesar Gregorio “Prioridades programáticas e agenda legislativa do partido Novo na Câmara dos Deputados em 2019”, apresenta um balanço sobre a atuação partidária da legenda em referência. O foco analítico está na congruência entre as prioridades temáticas, expressas nas cláusulas do Estatuto do partido Novo, e sua agenda legislativa subsequente, fornecendo elementos para compreensão do grau de representatividade entre o Congresso e o partido. As conclusões confirmam a hipótese de que o partido Novo revela congruência partidária significativa, uma vez que seus parlamentares apresentam proposições que refletem as diretrizes programáticas presentes em seu estatuto, expressas em temas como capacitação, transparência e empreendedorismo.

A sexta contribuição, assinada por Maurício Ferreira Silva e Ana Quele Passos, é intitulada “Representação política da Bahia na Câmara dos Deputados: as elites do poder durante o Regime Militar”. O texto aborda a representação política do estado da Bahia na Câmara dos Deputados durante o regime militar. O objetivo é identificar os segmentos sociais majoritários que se destacaram na casa legislativa em quatro categorias analíticas: sexo, nível educacional, atuação profissional e vinculação partidária. O trabalho traz como resultado a construção de uma radiografia política que, por sua vez, apresenta duas importantes conclusões acerca do perfil representativo: o viés elitista, em função da identificação com os grupos de privilégio da sociedade; e o atrelamento ideológico aos governos militares.

Fabiano Peruzzo Schwartz, Guilherme Marques Veroneze e João Luiz Pereira Marciano colaboram com o tema “Corrupção e sucesso legislativo: possíveis reflexos do Mensalão e da Lava-Jato na conversão de proposições em normas jurídicas”. Com

base em testes estatísticos os autores investigam se parlamentares envolvidos em casos de corrupção política apresentam maiores chances de sucesso na aprovação de proposições de sua autoria. Os dados obtidos mostram que a taxa de chance de transformação em norma, para esse conjunto, é 57,90% maior que para os demais casos.

Em seguida está “Análise da rede de produção de conhecimento sobre a iniciativa e-democracia”, de autoria de Christiana Freitas, Rafael Cardoso Sampaio, Henrique Machado, Ricardo Sampaio, Tiago Borges, Murilo Brum Alison e Djiovanni Jonas França Marioto. Em um exercício de meta-análise, o estudo examina produções acadêmicas que estudaram a iniciativa e-Democracia, da Câmara dos Deputados, de 2009 a 2017. Os resultados indicam que esse subcampo apresenta algumas diferenças em relação à área de internet e política no Brasil, especialmente no que tange a instituições e áreas de atuação, porém a rede de citações revela que autores-chave da área de internet e política também são centrais nos textos examinados.

Michel Carvalho da Silva nos apresenta o texto “A desinformação na agenda pública do parlamento: as estratégias do Senado Federal contra as notícias falsas”. O autor analisa o tratamento conferido pelo Senado Federal à questão da desinformação, discutindo como uma demanda social se torna um problema público, que exige ação do Estado. O trabalho mostra que as estratégias do Senado adotadas nas esferas institucional/comunicacional e legislativa buscam fortalecer a imagem do parlamento. No entanto, “verifica-se que um problema social, como o da desinformação, não pode ser resolvido com ações açodadas e meramente midiáticas. O combate às informações falsas exige medidas amplas e efetivas, que contem com a participação dos diferentes setores da sociedade civil”, explica o autor.

Na sequência temos “Democracia, inteligência artificial e desafios regulatórios: direitos, dilemas e poder em sociedades datificadas”, de autoria de Sivaldo Pereira da Silva. O objetivo é identificar questões-chaves que atravessam hoje a construção de políticas de inteligência artificial (IA), tendo como premissa o horizonte regulatório adequado para este campo em ascensão. Após sintetizar os aspectos mais proeminentes que configuram o modo de funcionamento de sistemas de IA, o trabalho elencou sete problemas-chaves de ênfase política que estão nos alicerces deste debate: (1) personificação e imputabilidade da máquina; (2) dilemas e julgamentos morais; (3) autoritarismo estatístico das métricas; (4) obscurantismo matemático nos processos; (5) pervasividade utilitarista dos sistemas-autônomos; (6) controle e fronteiras da eficiência; (7) diversidade e representatividade nos códigos.

Encerrando a sequência de artigos originais, contamos com a colaboração de Weverton Fernandes Bento Alves e Elza Maria Dias Vieira Costa, intitulada “União estável ou namoro qualificado? Uma diferenciação necessária para a garantia da imposição ilegítima de deveres e ultraje a direitos”. O texto apresenta o avanço da concepção do entendimento de entidade familiar pela sociedade e pelo Estado. A conclusão é que a atual legislação relacionada ao tema considera plenamente válido o reconhecimento da relação amorosa formada pelo namoro qualificado, de modo a salvaguardá-lo da imposição ilegítima de deveres e da infringência de direitos.

A edição é finalizada com a tradução de um clássico texto de Thomas Paine, pensador britânico que se envolveu no debate sobre as duas primeiras revoluções liberais do mundo: a Revolução Americana e a Revolução Francesa. Paine exerceu forte influência sobre a opinião pública, escrevendo panfletos. O texto é intitulado “Resposta a quatro questões sobre os poderes legislativo e executivo”, no qual o autor discute temas como: divisão e equilíbrio entre os poderes; controle constitucional; organização institucional do Poder Legislativo; monarquia hereditária; poder constituinte e derivado; e reforma constitucional. A tradução é de André Sathler. O tradutor fez ainda uma relevante nota na qual contextualiza o pensamento de Paine, facilitando a leitura do artigo na atualidade.